

**CLASSE TRABALHADORA NA “CAPITAL DO AGRONEGÓCIO”:
Trabalho e espaço urbano em Sorriso (MT)**

***WORKING CLASS IN THE “AGRIBUSINESS CAPITAL” :
Labor and urban space in Sorriso (MT)***

Luiz Felipe de Farias*

Resumo

Este artigo tem como objetivo investigar as contradições que permeiam o espaço urbano de Sorriso (MT), maior município produtor de soja do Brasil. Destacaremos o processo de formação desse município desde a década de 1980, com ênfase especialmente nas causas e consequências da segregação socioespacial. Com base em trechos de entrevistas realizadas para nossa pesquisa de doutorado, vamos detalhar inquietações envolvendo o mundo do trabalho e o espaço urbano em Sorriso. Vamos nos ater em especial à dinâmica da especulação imobiliária e aos conflitos envolvendo moradia nessa cidade.

Palavras-chave: Agronegócio. Trabalho agroindustrial. Especulação imobiliária. Conflito por moradia.

Abstract

This article investigates the contradictions of the urban space in Sorriso (MT), the largest soy producing municipality in Brazil. We will highlight the formation process of this municipality since 1980, especially the causes and consequences of the socio-spatial segregation that explicitly divides the city. Based on excerpts from interviews conducted for our doctoral research, we will detail concerns about labour and urban space in Sorriso. We are going to focus in particular on the dynamics of real state speculation and conflicts involving housing in this city.

Keywords: Agribusiness. Agro-industrial labor. Real estate speculation. Conflict over housing.

Introdução

Ao longo das últimas décadas o complexo da soja no Brasil alcançou um desempenho econômico excepcional, tornando-se atualmente um dos mais importantes sustentáculos do atual padrão de articulação de nosso país com o mercado internacional. Entre 2000 e 2018 a produção brasileira de soja saltou de 32,8 milhões de toneladas em 13,7 milhões de hectares para 117,9 milhões de toneladas em 34,8 milhões de hectares. Principal produtor brasileiro do grão no país hoje, o estado do Mato Grosso viu sua safra de soja saltar de 8,8 milhões de toneladas colhidos em 2,9 milhões de hectares no ano de 2000 para 31,6 milhões de toneladas colhidos em 9,4 milhões de hectares no ano de 2018. Ao longo de todo esse período, a soja e seus derivados consolidaram-se dentre os principais produtos da pauta de exportações brasileira: segundo as séries históricas do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, as exportações brasileiras de soja em grãos, farelo e óleo saltaram de US\$ 4,2 bilhões ou 7,5% das exportações totais do país em 2000 para US\$ 40,7 bilhões ou 17% das exportações totais do país em 2018.

* Doutor em sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: luiz.fdefarias@gmail.com

Essa expansão da soja foi acompanhada por uma acelerada urbanização do campo. A leitura de Milton Santos (2013) acerca da urbanização brasileira é uma referência indispensável para a compreensão dessas transformações da hierarquia urbana do país como um todo e das principais regiões do assim chamado “agronegócio” em particular. Segundo a periodização proposta pelo autor, a segunda metade do século XX foi marcada pela expansão do meio técnico-científico-informacional em escala global, salto do processo de remodelação e artificialização do território através da criação e difusão de sistemas técnicos articulados entre si por crescentes fluxos materiais e imateriais fundamentais à reprodução de relações sociais hegemônicas pelo capital monopolista. Por um lado, essa integração de diferentes lugares por meio de sistemas técnicos com graus diferentes de complexidade tornou possível uma cada vez mais minuciosa sincronia entre os eventos subordinados ao controle de grandes corporações transnacionais. Por outro lado, acentuaram-se diferenças entre os chamados espaços luminosos integrados aos automatismos técnico-sociais do capitalismo monopolista e os espaços opacos incompletamente racionalizados e carentes de incorporação técnico-científica.

Acentuaram-se assim a diferenciação e especialização no interior da hierarquia urbana, de modo que ao lado de grandes metrópoles capazes de produzir e administrar fluxos de informações por todo território nacional proliferaram-se diversas cidades pequenas e médias como pontos nodais de circuitos produtivos e de circuitos de cooperação que articulam a produção e o consumo locais às economias regional, nacional e global. Segundo Milton Santos (2013), os circuitos produtivos correspondem a fluxos de capitais, mercadorias e serviços que servem tanto como meios de consumo de famílias quanto como meios de produção de unidades fabris e agrícolas, enquanto os circuitos de cooperação dizem respeito aos fluxos de informações, mensagens e ordens que conformam nexos horizontais e verticais capazes de organizar os processos de trabalho e de apropriação do território em escala local de acordo com os projetos transnacionais. Nesse contexto, as cidades no campo que antes concentravam funções predominantemente administrativas tornaram-se o que Santos chamou de cidades do campo, espaços urbanos não metropolitanos que se afirmam como mediações-chave entre determinações macroeconômicas e políticas do mercado mundial e a produção agrícola e agroindustrial (SANTOS, 2013).

Denise Elias (2003) sustenta que tal leitura acerca do processo de urbanização brasileira tornou obsoleta a separação tradicional entre um Brasil urbano e um Brasil rural. Para tanto, a autora propõe o conceito de Regiões Produtivas Agrícolas para caracterizar os novos arranjos territoriais das redes agroindustriais, compostos tanto por espaços agrícolas quanto por espaços urbanos escolhidos para receber os mais expressivos investimentos produtivos do “agronegócio” globalizado. Segundo ela, nas RPAs o território organiza-se predominantemente com base em imposições do mercado de *commodities* agrícolas e agroprocessadas sob comando de grandes empresas nacionais e multinacionais conectadas diretamente aos centros de poder e consumo em nível mundial, capazes de subordinar a proliferação de nexos horizontais relacionados ao

aumento populacional e aos fluxos de força de trabalho (ELIAS, 2003). Complementarmente, a autora propõe também o conceito de cidade do agronegócio para se referir às aquelas cidades locais mais importantes das Regiões Produtivas Agrícolas, adaptando, dessa maneira, a noção de cidade do campo proposta por Milton Santos. A reestruturação produtiva da agropecuária brasileira complexificou a divisão social e territorial do trabalho no Brasil e criou novas relações campo-cidade, dando origem a espaços urbanos de médio porte em que funções de atendimento às demandas do “agronegócio” globalizado são hegemônicas sobre as demais funções (ELIAS; PEQUENO, 2007).

Por um lado, essas cidades passaram a concentrar estoques de meios de consumo, meios de produção e mão de obra com diferentes níveis de qualificação, estruturas de armazenamento, processamento industrial e escoamento da produção e escritórios de agroindústrias, *tradings* e demais instituições comerciais e financeiras responsáveis por articular a economia local a fluxos globais de mercadorias e capitais. Essas cidades caracterizam-se, portanto, pelo aumento exponencial da demanda de trabalho intelectual e consequentemente pela rápida expansão de núcleos dedicados à produção e difusão de informações, com destaque para instituições públicas e privadas de ensino e qualificação da mão de obra com cursos de formação técnica e superior voltados à agropecuária moderna e as instituições de pesquisa voltadas à produção e difusão de inovações e adaptações mecânicas, químicas e biotecnológicas para o campo.

Por outro lado, essas cidades foram também moldadas por iniciativas de especulação fundiária que criaram de maneira artificial a escassez de terras por meio da proliferação de espaços vazios, pressionando as levas migrantes que para lá se dirigiram a ocupar áreas distantes precariamente atendidas por serviços públicos enquanto se multiplicaram condomínios fechados para classes médias e altas amedrontadas pela violência urbana. Essas cidades do agronegócio distinguem-se pela elevada taxa geométrica de crescimento de sua população, decorrentes tanto de fluxos migratórios ascendentes de trabalhadores agrícolas e urbanos com baixo grau de qualificação oriundos majoritariamente das classes subalternas da região Nordeste, quanto de fluxos migratórios descendentes de profissionais liberais, técnicos, pesquisadores, representantes de empresas e trabalhadores com alto nível de qualificação oriundos das classes médias das regiões Sul ou Sudeste. Conforma-se desse modo em seu interior uma hierarquia social crescentemente complexa em que a desigualdade econômica assume nítidos contornos étnico-culturais e projeta-se em um espaço urbano segregado, atravessado por inúmeras barreiras materiais e simbólicas que limitam o fluxo e integração das classes e frações de classes sociais.

Dentre as principais “cidades do agronegócio” vinculadas à produção de soja no Brasil hoje, destaca-se o município de Sorriso localizado no meio norte mato-grossense. O município de Sorriso encontra-se hoje predominantemente sob controle de grandes propriedades dedicadas a culturas e criações voltadas para o mercado de exportação *in natura* ou para o abastecimento do complexo agroindustrial carnes/grãos. Conforme os dados das tabelas 1 e 2, apenas 235

estabelecimentos com mais de 1.000 hectares controlam cerca de 87,1% da área total ocupada no município de Sorriso, proporção maior que a do Brasil como um todo e do estado do Mato Grosso em particular. Neste contexto, em 2015 a Revista Exame publicou um relatório com 50 cidades consideradas “médias-pequenas” (com população entre 50.000 e 100.000 habitantes) que então despontavam como modelos de desenvolvimento econômico e social no país. Neste ranking, o município de Sorriso aparecia em 17º lugar especialmente devido à evolução de seu Produto Interno Bruto e de seu Índice de Desenvolvimento Humano. Como mostra o gráfico 1, de acordo com o IBGE em 2017 Sorriso alcançou um PIB de R\$ 5.731.412.990,00 (4º maior dentre municípios no estado do Mato Grosso) e um PIB per capita de R\$ 67.251,00 (14º maior dentre municípios do estado do Mato Grosso).

Tabela 1: Estrutura fundiária em Sorriso (MT) em 2017

Classes de área (ha)	Número de estabelecimentos		Área Ocupada (ha)	
Menos de 10	120	14,5%	419	0,1%
10 a 100	281	33,9%	11.411	1,4%
100 a 500	92	11,1%	24.639	3,0%
500 a 1.000	100	12,1%	70.155	8,5%
1.000 a 2.500	130	15,7%	195.680	23,6%
2.500 a 10.000	98	11,8%	433.269	52,3%
Mais de 10.000	7	0,8%	92.259	11,1%
Total	828	100	827.832	100

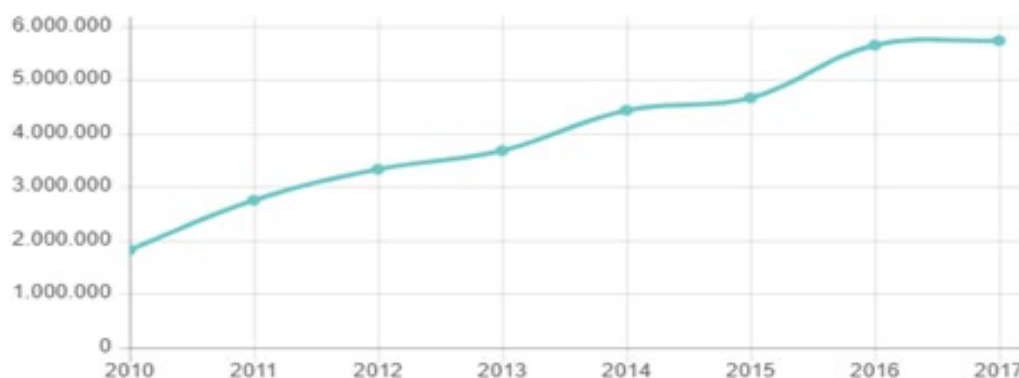
(IBGE – Resultados preliminares do Censo Agropecuário 2017)

Tabela 2: Comparação da estrutura fundiária no Brasil, em Mato Grosso e em Sorriso em 2017

	Número de estabelecimentos (%)				Área ocupada (%)			
	Menos de 10 há	10 a 100 ha	100 a 1000 há	Mais de 1000 há	Menos de 10 ha	Menos de 100 ha	100 a 1000 ha	Mais de 1000 ha
Brasil	50,9%	39,6%	8,4%	1,1%	2,3%	18,2%	32%	47,5%
Mato Grosso	15,1%	53,7%	23,1%	8%	0,1%	4,9%	14,9%	80,1%
Sorriso	14,5%	33,9%	23,2%	28,3%	0,1%	1,4%	11,5%	87,1%

(IBGE – Resultados preliminares do Censo Agropecuário 2017)

Gráfico 1: Evolução do PIB de Sorriso a preços correntes (unidade R\$ x 1.000) entre 2010 e 2017



(IBGE Cidades)

Ainda que relevantes, esses indicadores socioeconômicos tendem a ocultar a desigualdade social e as condições de vida das famílias trabalhadoras em Sorriso (MT). Para acessar esse universo, podemos inicialmente recorrer à evolução do Cadastro Único, conjunto de informações sobre famílias brasileiras de baixa renda que ganham até meio salário mínimo por pessoa ou até três salários mínimos de renda familiar mensal total, base de dados para diversos programas do Governo Federal como o Bolsa Família. Segundo os dados do Ministério da Cidadania, em 03/2020 havia em Sorriso 8.243 famílias cadastradas no Cadastro Único (equivalentes a 22.477 pessoas, aproximadamente 24% da população total do município) distribuídas do seguinte modo: 830 famílias com renda per capita entre 0 e R\$ 89; 1.051 famílias entre R\$ 89 e R\$ 178; 3.117 famílias de R\$ 178 a $\frac{1}{2}$ salário mínimo e 3.245 famílias acima de $\frac{1}{2}$ salário mínimo. Ainda segundo os dados do Ministério da Cidadania, em 05/2020 havia dentro desse universo em

Sorriso 1.921 famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família (equivalentes a 5.746 pessoas, aproximadamente 6% da população total do município), que receberam naquele mês um benefício no valor médio de R\$ 151,49 por família. Segundo o próprio Ministério da Cidadania, com base em estimativas do IBGE, a cobertura do programa era em 2020 de apenas 71% de famílias pobres no município e o foco da gestão municipal deveria ainda estar na realização de ações de busca ativa para localizar famílias no perfil do programa ainda não cadastradas.

Dentro desse contexto, o objetivo deste artigo será investigar a situação da classe trabalhadora subordinada ao complexo grãos/carnes em Sorriso (MT), autointitulada “capital do agronegócio” e um dos maiores municípios produtores de soja no Brasil hoje. Por meio da análise de trechos de entrevistas realizados entre 2018 e 2019, buscaremos mostrar como a tensão entre o crescimento econômico do município e a precariedade da reprodução social dessas famílias trabalhadoras de baixa renda expressa-se de maneira clara na produção de um espaço urbano marcadamente desigual e segregado entre diferentes raças e classes sociais que habitam e trabalham em Sorriso.

Formação do município de Sorriso

Localizado em Mato Grosso às margens da BR 163 cerca de 400 km ao norte de Cuiabá, o município de Sorriso foi resultado de um dos inúmeros projetos de colonização na região realizados por empresas privadas das regiões Sul e Sudeste nos anos 1970. As terras onde hoje se encontra o município eram no início dos anos 1970 propriedade do norte-americano Edmund Zanini e foram parcialmente adquiridas em 1973 pelo catarinense Benjamin Raiser para que seu filho Ivo Raiser e seu genro Nelson Frâncio iniciassem uma empresa agropecuária¹. Em 1975, outra parte dessas terras foi adquirida pelos irmãos de Nelson Frâncio, Demétrio e Claudino Frâncio, responsáveis pela criação da Colonizadora Sorriso que desde então se dedicaria à venda de lotes na região para produtores rurais capitalizados vindos do Sul. Desenhado pela Platec, empresa prestadora de serviços na área de topografia, planejamento e assistência técnica, o projeto de colonização foi aprovado em 09/1979, incluindo uma área urbana a ser erguida sobre 600 hectares divididos em 4.500 lotes. Sorriso tornou-se distrito de Nobres em 1980 e adquiriu autonomia administrativa em 1986, desmembrando-se dos municípios de Nobres, Paranatinga e Sinop.

A expansão da produção de grãos ao longo da década de 1990 estimulou um primeiro momento de crescimento demográfico e complexificação do espaço urbano. Entre 1990 e 2000, a produção de soja no município de Sorriso cresceu de 225 mil toneladas em uma área de 96

¹ Em um exemplo característico da (des)ordem fundiária brasileira, o norte-americano Edmund Zanini argumenta que parte dessa área foi loteada e vendida por meio de uma procuração falsa em 1978 e desde então reivindica na justiça a propriedade sobre 150 mil hectares no atual município de Sorriso. Em 08/2011 foi homologado um acordo pela Justiça de Mato Grosso em que produtores rurais locais comprometeram-se a pagar a Zanini uma indenização, cujo valor não foi divulgado à época, em troca do domínio definitivo sobre 74 áreas que juntas somavam 40 mil hectares (Folha de São Paulo, “Produtores de Sorriso vão indenizar americano”, 13/08/2011).

mil hectares para 1.500 mil toneladas em uma área de 440 mil hectares, levando à proliferação no núcleo urbano às margens da BR 163 de empresas de revenda de insumos agrícolas e de estruturas de armazenamento e transporte de grãos. Paralelamente, o número de habitantes em Sorriso passou de 16.107 em 1991 para 35.605 em 2000 como mostra a tabela 3, enquanto a população rural diminuiu de 29,7% para 11,5% da população total em especial devido à acelerada concentração fundiária local.

Dessa forma, a intensificação de fluxos migratórios vindos do Norte e Nordeste e de áreas de garimpo em decadência no norte do Mato Grosso levou à formação dos primeiros bairros periféricos de Sorriso, compostos por ruas improvisadas, irregulares e estreitas, afastadas da mancha urbana originalmente planejada com avenidas largas e retilíneas. Segundo reportagens do jornal local **Folha do Cerrado**, os primeiros dentre esses bairros surgidos ainda ao final dos anos 1980 foram o Fraternidade no extremo leste e o União no extremo oeste da cidade, esse último composto de 120 lotes de 10x20 loteados por iniciativa de lideranças do Sindicato de Movimentação de Mercadorias da cidade.

Na primeira metade da década de 1990, surgiram o Jardim Carolina e o São Domingos, esse último formado a partir da construção de 100 casas populares pela Companhia de Habitação Popular (Cohab), o que impulsionou em seu entorno uma série de loteamentos irregulares em terrenos originalmente planejados como o Bairro Industrial em Sorriso. Surgiram assim o Bairro São Mateus e suas típicas ruas estreitas de três metros de largura, em tudo semelhantes às vielas dos assentamentos precários em grandes cidades. A partir dos fluxos migratórios, pessoas de baixa renda concentraram-se ao redor do Bairro São Domingos, à direita da BR163, atrás dos silos que margeiam a rodovia, consolidando nos anos 1990 a segregação que ainda hoje caracteriza a cidade entre “bairros de gaúchos” a oeste e “bairros de maranhenses” a leste da BR 163 que cruza Sorriso.

Tabela 3: População rural e urbana em Sorriso entre 1991 e 2010

Ano	População rural	%	População urbana	%	Total
1991	4.782	29,7	11.325	70,3	16.107
2000	4.076	11,5	31.529	88,5	35.605
2010	8.157	12,3	58.364	87,7	66.521

(IBGE – Censos Demográficos)

Durante os anos 2000 e 2010, o espaço urbano de Sorriso foi dinamizado pela implantação de diversas agroindústrias de médio porte ligadas ao complexo carnes-grãos. Em 2002, foi inaugurado no município o frigorífico Anhambi com a perspectiva inicial de abater 120 mil aves/dia e gerar 380 empregos, alcançando em 07/2018 a marca de 600 funcionários diretos

segundo as informações obtidas durante nosso trabalho de campo. Em 2008, foi inaugurada em Sorriso a Nativ Pescados, com atuação em toda cadeia produtiva desde a criação de peixes até seu processamento e comercialização, empregando por volta de 250 trabalhadores em suas unidades rurais e agroindustriais. Em 2010, a Caramuru Alimentos arrendou e deu início à modernização de uma planta de processamento de soja de médio porte em Sorriso, mobilizando atualmente cerca de 250 empregados diretos segundo as informações obtidas em trabalho de campo em 07/2018. Em 2011, foi inaugurado no município o frigorífico Nutribrás com capacidade inicial de abater 1.500 suínos/dia e empregar cerca de 250 trabalhadores, chegando em 07/2018 a 580 funcionários no frigorífico mais 420 na produção de suínos no município de Vera. Em 2014, foi inaugurada no município a Delicious Fish, maior planta frigorífica de peixes do Brasil em uma área de 4,8 mil m², com capacidade para abater cerca de 40 mil quilos a cada 8 horas e para empregar cerca de 100 trabalhadores em sua unidade agroindustrial. Em 2019, a Safras Indústrias e Comércio de Biocombustíveis abriu oficialmente em Sorriso sua usina de etanol de milho com capacidade para produzir 120 mil litros e gerar 55 empregos diretos.

Nos anos 2000 e 2010, houve uma explosão de loteamentos em Sorriso voltados para classes de renda baixa, média e alta, o que em conjunto com as transformações econômicas destacadas provocou sucessivas ampliações do perímetro urbano da cidade. Nesse contexto, a maior parte dos novos loteamentos urbanos no município tem sido adquirida com objetivos exclusivamente especulativos, ampliando de modo vertiginoso nos últimos anos a já grande quantidade de vazios urbanos dentro da cidade de Sorriso. Informações obtidas em julho de 2018 junto à Secretaria da Cidade indicam que existiam no interior da zona urbana de Sorriso 24.130 lotes edificadas e outros 14.491 vazios. Apesar disso, estava prevista para os próximos cinco anos a abertura de mais 9.963 lotes já aprovados e de outros 13.504 lotes aguardando aprovação, como mostra a tabela 4.

Acentuam-se assim prematuramente as contradições características de uma cidade espalhada, que cria de maneira artificial a escassez de terras e moradias e gera inúmeras possibilidades de valorização e apropriação da renda da terra urbana pelo capital, ao mesmo tempo em que sobrecarrega os cofres públicos com a manutenção de uma extensa malha e pressiona os novos migrantes a pagar altos aluguéis para ocupar áreas distantes e precariamente atendidas por serviços públicos. Assim, enquanto o eixo oeste da cidade de Sorriso (os chamados “bairros de gaúchos”) é caracterizado pela proliferação de loteamentos entremeados de amplos espaços vazios, o eixo leste da cidade (os chamados “bairros de maranhenses”) é marcado pela aglomeração de ampla parcela da população do município em lotes com alto nível de adensamento.

Tabela 4: Lotes urbanos existentes em 2018 e projetados para 2022

Lotes	Quantidade	%
Edificados em 2018	24.130	39
Vazios em 2018	14.491	23
Em execução	9.963	16
Em aprovação	13.504	22
Total projetado para 2022	62.088	100

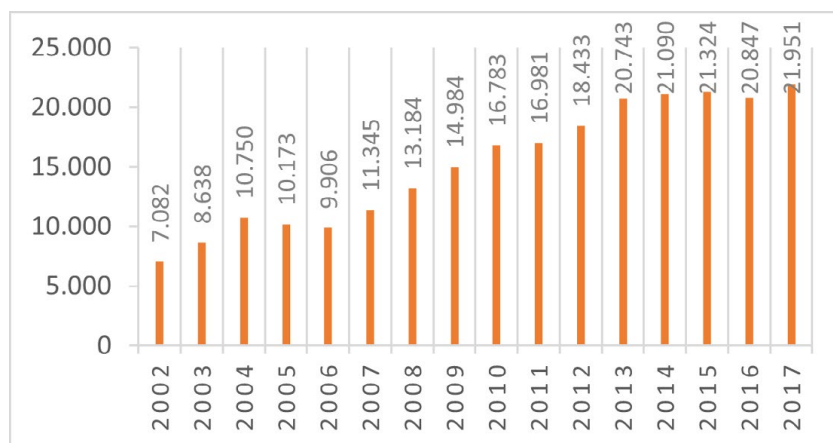
Secretaria da Cidade de Sorriso (julho/2018)

Ao longo da década de 2010, foram criados em Sorriso diversos conjuntos habitacionais voltados à faixa 1 do Programa Minha Casa, Minha Vida do governo federal, como o Residencial São Francisco com 248 casas, o Residencial Santa Maria I com 225 casas entregues em 2013, o Residencial Santa Maria II com 278 casas, o Residencial Santa Cecília com 80 casas entregues em 2014 e o Residencial Mario Raiter com 1.272 casas entregues em 2017. Para as famílias que se enquadram na faixa 2 do Programa Minha Casa, Minha Vida, em que os beneficiados pagam uma prestação maior pelo imóvel, também foram entregues em Sorriso 357 casas no Residencial Pinheiros III e outras 399 no Residencial Topázio. Apesar dessas iniciativas, informações obtidas junto ao Departamento de Habitação da Secretaria de Assistência Social de Sorriso em 07/2019 apontavam que havia 6.635 famílias cadastradas e aguardando nova etapa do Programa Minha Casa, Minha Vida no município, cuja população foi estimada naquele ano pelo IBGE em 87.815 pessoas.

Agronegócio e o mundo do trabalho

A partir da década de 2000, o acelerado progresso tecnológico na lavoura de soja e milho, a consolidação do complexo agroindustrial carnes/grãos e a expansão do espaço urbano provocaram amplas transformações na força de trabalho no município de Sorriso. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 2010 Sorriso tinha 66,5 mil habitantes dos quais 33,8 mil estavam ocupados (equivalente a 49,3% da população total). Ainda segundo o IBGE, o município alcançou em 2017 cerca de 90,3 mil habitantes dentre os quais 27,6 mil estavam ocupados (equivalente a 32,4% da população total). Comparando-se esses dados com a evolução do número de empregos formais no município de Sorriso segundo a Relação Anual de Informações Sociais (Gráfico 2), podemos concluir que houve um aumento significativo da participação de trabalhadores com carteira assinada de 51% da população ocupada em 2010 para 79,5% em 2017.

Gráfico 2: Número de empregos formais em Sorriso entre 2002 e 2017



(MTE – Relação Anual de Informações Sociais)

A maior parte das entrevistas que conduzimos com trabalhadores rurais em Sorriso descreve essas relações empregatícias marcadas por uma maior formalização, mas também por um crescente progresso técnico no maquinário agrícola que cada vez mais vem reduzindo a demanda por trabalho braçal dentro de fazendas de grãos da região. Neste sentido, o trecho de entrevista destacado abaixo é com um “peão de trecho” que se encontrava então reduzido à condição de morador de rua, radicalmente desterritorializado e privado de quaisquer relações mínimas de solidariedade que lhe servissem de amparo. O trabalhador descreve o processo de desagregação de sua identidade social que o converteu em resíduo ora invisível, ora ameaçador a perambular por “cidades do agronegócio”. O relato desse trabalhador ecoa uma profunda mudança no mercado de trabalho do Brasil como um todo e do estado do Mato Grosso em particular: a tendência ao longo das últimas décadas à drástica redução da capacidade de absorção de força de trabalho pouco ou não qualificada no interior de atividades agrícolas.

Eu vim do Paraná, atrás de serviço no mundão, que hoje em dia serviço tá difícil. Cê não sabe onde é que tem. Chegando em Rondonópolis, disseram que aqui ia abrir uma usina de álcool de milho, mas chegando aqui não encontrei nada. Daí o que acontece? Eu tô na rua, falando com a população da cidade pra ver se pode me ajudar. Aí tem uns que atende você bem, mas tem uns que atende na ignorância. [...] Eu tô no trecho há cinquenta anos, já trabalhei em tudo, corte de cana, machado, foice, motosserra. Já trabalhei de serviços gerais em tudo. E nisso eu me ferrei porque nessa história de trabalhar, trabalhar, trabalhar eu esqueci de me qualificar. A internet vem entrando, a tecnologia vai avançando e eu fiquei pra trás. E agora, o que acontece? Você vai pegar em uma fazenda pra trabalhar, tem maquinário tudo escrito em inglês, tudo automático, tudo no botão, não tem mais marcha, não tem mais nada. Antigamente você ia trabalhar em uma fazenda, cê não precisava de carteira de motorista. Hoje você tem que ter, dependendo do maquinário que você vai pegar, tem que ter carteira de motorista profissional. Então tá difícil o mundo... [...] O que eu ganhar de hoje pra amanhã eu vou seguir pra frente e vou embora, eu vou ver onde que eu vou parar. Pode ver a dificuldade, eu perdi a carteira de identidade lá em Primavera do Leste, coloquei

no bolso assim, depois fui caçar e não achei mais. E aqui no Mato Grosso é de três a quatro meses pra eles te entregar uma nova. E aí? Eu tô na rua, a assistente social não dá abrigo, não dá nada. Como é que eu vou fazer essa carteira? Em Cuiabá disseram que entregava com cinco dias. Passei lá, disseram que era de um mês a quarenta e cinco dias. Como é que eu vou? (Entrevista com peão de trecho em Sorriso, 07/2019)

Os trabalhadores característicos em fazendas de Sorriso atualmente são os **safristas** que periodicamente afluem para o meio norte do Mato Grosso vindos especialmente do Maranhão para realizar os serviços gerais de apoio à colheita de grãos e, em menor escala, os **operadores de máquinas** geralmente empregados fixos com nível mais alto de qualificação técnica, poder econômico e prestígio social. Essa localização superior dos operadores de máquinas na hierarquia do mundo do trabalho tem como contrapartida as extensas jornadas de trabalho realizadas no interior das fazendas. Segundo o **Observatório de Segurança e Saúde do Trabalho**, cerca de 44,7% das pessoas ocupadas em 2010 em Sorriso realizavam jornada de trabalho semanal superior a 44 horas (limite máximo estabelecido pela legislação brasileira), proporção que chegava a 53,7% entre os homens e 31,2% entre as mulheres.

Exemplo do modo de pensar e viver de safristas no momento de nossa pesquisa de campo, o trecho de entrevista destacado abaixo é com um trabalhador rural sem-terra de ascendência maranhense que relata ser possível acumular R\$ 5 mil durante o período de 90 dias no período de colheita da soja, caso possa evitar o pagamento de aluguel. Esse depoimento ecoa o senso comum em Sorriso ao afirmar que o aluguel no valor médio de R\$ 500 mensais por uma *kitnet* com banheiro é o principal obstáculo para qualquer acúmulo de recursos por parte de trabalhadores que recebem entre 1 e 2 salários mínimos. Esse trabalhador também expressa uma percepção generalizada dos entrevistados ao afirmar que atualmente tem se tornado mais difícil encontrar empregos fora da safra na região, levando mais trabalhadores a seguir em seu permanente estado de mobilidade espacial:

Eu sou Maranhense, natural de Pedreiras. Lá nós faz é trabalho de roça, trabalha em terra dos outros. Terra nossa nem pra nós morrer. Quando morrer, se achar, enterra naquele pedacinho de terra, se não achar, joga fora... Lá o serviço é devagar e ganha muito pouco, se você trata da roça, lá não dá pra você comer um ano. E aqui você trabalha um mês aqui, dá pra você comprar alimento pra quase um ano lá. Aqui a diária tá de 70 a 80 reais, no Maranhão a diária tá 40 reais. Oh a diferença! Por isso que o cara fica, fica aqui por causa disso, se matando mas o cara fica. [...] Na safra o cabra levanta aqui até 5 mil, 5 e pouco. Porque depois da safra vai todo mundo embora. Eles assinam carteira por 90 dias, acaba aqueles 90 dias, vai procurar outro serviço. Aí fica só os que é de lá mesmo, já tão na fazenda mesmo. Aqui todo mundo pensa que a gente é rico, mas aluguel aqui é 600 e o salário é 1200, 1300, às vezes chega até 1500 reais. Você fazendo muita hora, trabalhando sábado e domingo, às vezes tem feriado no mês você trabalha, você tira hora. [...] Eu mesmo não penso de ficar aqui. Porque assim, aqui tá tão fraco, eu tô com a bicicleta seca a roda só de rodar isso aí. Aí quando acha, acha diária. Quando uma firma tá pegando, a gente quando você vai saber já encerrou. Porque aqui é gente demais, demais. E aí a maioria é desempregado. Aí você corre pra lá, opa fechou (Entrevista com um trabalhador safrista em Sorriso, 07/2019)

A partir da década de 2000, as agroindústrias de médio porte que se instalaram no município de Sorriso passaram a absorver ampla parcela da força de trabalho migrante que anteriormente dirigia-se em especial para as atividades braçais dentro das fazendas. Esse segmento da força de trabalho no estado do Mato Grosso tem sido submetido a um quadro de superexploração, que pode ser visualizado pela frequência de acidentes de trabalho: segundo o Tribunal Regional do Trabalho do Mato Grosso, o setor de abate de animais liderou o ranking de acidentes de trabalho no estado entre os anos de 2012 e 2018 com 10.363 casos ou 17,5% das ocorrências naquele período, seguido por atividades no cultivo de soja com 4.327 casos ou 7,16% das ocorrências no mesmo período (G1, “Setor de abate de animais lidera ranking de acidentes de trabalho em MT, diz TRT”, 02/05/2018).

Os relatos de diretores e supervisores por nós entrevistados retratam essa força de trabalho oriunda em especial do Maranhão como instável e insubordinada, desprovida da moral do trabalho e do cálculo racional que marcariam trabalhadores das regiões Sul e Sudeste. O trecho de entrevista destacado abaixo com o diretor de um frigorífico de aves em Sorriso destaca uma taxa de rotatividade média de 10% dos funcionários ao mês, a maior que encontramos dentre as empresas do município em nossa pesquisa de campo. Neste trecho, o entrevistado relata um contínuo movimento migratório pendular desses trabalhadores devido a vínculos familiares que permanecem nos estados de origem, acarretando custos à empresa decorrentes da constante seleção, contratação e treinamento. Esta entrevista deixa clara a existência de tensões entre as demandas da reprodução social dos trabalhadores migrantes e as exigências da reprodução ampliada de capital, que estão por trás do discurso patronal acerca da escassez local de mão de obra qualificada. Essa assim chamada “qualificação” não corresponde unicamente ao domínio de novas tecnologias e novos procedimentos necessários aos modernos processos produtivos, mas também à formação de novo *ethos* dentre estes trabalhadores baseado em parâmetros adequados ao “agronegócio” e distintos das expectativas sociais de seus estados natais:

Hoje nós temos 600 colaboradores, vamos dizer que 70% são do Nordeste. Esse volume de pessoas que chega, elas foram se integrando de uma forma assim bastante tranquila, porque a maioria das empresas daqui dá um suporte legal em termos de alimentação, de transporte, tem o transporte público que vêm até aqui. Pessoal chega e não tem moto, não tem bicicleta, não tem carro, não tem nada, vem realmente com muito pouco dinheiro no bolso, vem mal-e-mal com a passagem. Então eu acho que neste sentido tá se acomodando muito bem... Mas é aquele povo que 85% tem aquela saudade, em quatro, cinco, seis meses ele volta pra região de origem, passa mais cinco meses e volta pra cá de novo. Então, a rotatividade é bastante grande, hoje aqui na empresa está basicamente em torno de 10% [ao mês]. Nós temos aqui mais de 200 pessoas que têm mais de cinco anos de empresa, temos aí 150, 160 pessoas com mais de dois anos. O que roda muito é menos de um ano, esse pessoal roda demais, fica três, quatro meses, vai embora, é um entra e sai [...] Toda contratação tem um custo, né? Você tem que fazer exames, o treinamento também é um custo, no começo ele não rende, estraga produto. Com quatro, cinco meses ele tá bom, já sabe fazer as coisas, já dá pra fazer várias atividades no chão de fábrica, não precisa fazer uma só, né? E quando o cara tá bem treinado, ele fala “*não, quero ir embora porque a minha família ficou lá*”. E ninguém segura! Acaba sendo um custo a mais pra empresa (Entrevista com diretor de um frigorífico de aves em Sorriso, 07/2018)

Para além das atividades no interior de fazendas e das agroindústrias, a construção civil também absorve uma quantidade significativa dos trabalhadores que entrevistamos, seja na abertura de loteamentos devido à acelerada expansão da malha urbana de Sorriso, seja na construção de silos e de armazéns dentro da cidade ou no interior das fazendas, seja na construção e reforma de residências em relações predominantemente informais. Esse segmento da força de trabalho é particularmente marcado pela frequência de acidentes e mortes relacionados ao trabalho no estado do Mato Grosso. Segundo o Anuário Estatístico de Acidentes de Trabalho do Ministério da Previdência, o Mato Grosso foi em 2013 o estado com a maior taxa de mortalidade dentre trabalhadores da construção civil no Brasil, contribuindo para que o Mato Grosso liderasse o ranking de mortes por acidentes de trabalho no país com 626 ocorrências entre 2012 e 2017, alcançando a média impressionante de uma morte a cada 5.700 habitantes enquanto nas demais Unidades da Federação o índice foi de uma morte para 14.500 habitantes (Hipernotícias, “Com 120 casos por ano, Mato Grosso lidera ranking de mortes por acidentes do trabalho no Brasil”, 09/05/2017).

Dentro desse contexto, o trecho de entrevista destacado abaixo descreve a experiência de um trabalhador da construção civil de ascendência maranhense construindo silos em uma fazenda em meio ao ápice da geração de empregos nesse setor entre 2009 e 2010. Seu relato resume as principais inquietações da maior parte dos trabalhadores que entrevistamos acerca do confinamento em fazendas mais distantes dos núcleos urbanos: por um lado, ali é possível maximizar a economia de recursos a serem levados de volta ao Maranhão devido especialmente à ausência da necessidade de se pagar um aluguel; por outro lado, jornadas de trabalho excepcionalmente extensas e a drástica redução da sociabilidade decorrente do isolamento físico aparecem ali como angústias profundas.

Nasci lá na Santa Luzia no Maranhão, cheguei aqui no dia 19 de agosto de 2009. Eu cheguei e fui trabalhar em uma empresa de construção, comecei na Engbras. A firma que a gente ia trabalhar era uns 30 km daqui, nós saía cedinho e voltava de noite, ia e vinha todo dia. Mas depois eles pegaram a turma e transferiram pra uma fazenda perto de Brasnorte, pra gente fazer aqueles silos redondos. Trabalhava dia e noite, tinha vez de pegar 6h da manhã e parar 2h da madrugada... Se eu fosse um cara mais morto eu tinha voltado pra trás, porque na forma que nós trabalhava lá não podia sentar. Todo dia mandava 2, 3 embora, cê não podia sentar. Se eu parasse, os caras já me olhava e me mandava embora, tinha muita gente querendo emprego. [...] A fazenda era um lugar muito longe, você trabalhava no sábado, no domingo você tinha que ficar lá dentro, não tinha condição. Era dez quilômetros até uma vilinha ali pra beber cachaça, mas não tinha nem cinco casas, era uma coisinha simples. Mesmo assim tinha um rapaz que ia a pé até lá... Eu passei lá bem acho que uns cinco meses sem vir pra cá [Sorriso]. Desse jeito você não vive, cê só trabalha. Pra cê ter noção, nós ia receber dinheiro de manhãzinha, três horas, quatro horas o ônibus já tava voltando. Tinha aqueles rapazes que ficavam, mas eu não, eu ia, depositava o dinheiro todo ali e já voltava... O mestre de obras um dia falou bem assim pro dono: “*ou tu arruma uma obra mais perto de Sorriso, ou eu vou sair. Porque empresa tem muita, agora família só tem uma*”. Ele falou isso bem, foi uma frase que eu memorizei na cabeça (Entrevista com trabalhador da construção civil em Sorriso, 07/2018)

Dentre as atividades que mobilizam maior quantidade de mão de obra em Sorriso destacam-se ainda as realizadas por cooperativas de serviços contratadas pelo poder público municipal especialmente para limpeza e manutenção do espaço urbano em geral. Conforme mencionado anteriormente, a Cooperativa de Trabalho dos Prestadores de Serviço de Sorriso (Coopserv's) e a Cooperativa do Vale do Teles Pires (CooperVale) ocupavam juntas cerca de 700 trabalhadores em Sorriso segundo entrevistas de 07/2018. Nesse universo, o trecho de entrevista destacado abaixo com o advogado da Coopervale explica de maneira elucidativa as diferenças entre as relações de trabalho de assalariados e de cooperados no que diz respeito à legislação trabalhista atualmente. Segundo esse depoimento, a Lei 12.690 de 07/2012 estabeleceu o direito dos membros das Cooperativas de Trabalho a retiradas não inferiores ao piso da categoria profissional e, na ausência desse, não inferiores ao salário mínimo; à jornada normal não superior a 8 horas diárias e 44 horas semanais, facultada a compensação de horários; ao repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos; ao repouso anual remunerado; à retirada para o trabalho noturno superior à do diurno; ao adicional sobre a retirada para as atividades consideradas insalubres ou perigosas e ao seguro de acidente de trabalho. Entretanto, como explica o entrevistado, as Cooperativas de Trabalho seguem uma ferramenta eficaz de redução de encargos trabalhistas na medida que os cooperados não têm direito a Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e fazem o recolhimento do INSS por meio de contribuição individual no valor de 20% sobre seu repasse por mês. Com isso, a maior parte dos trabalhadores cooperados com quem conversamos em Sorriso relata alcançar uma remuneração mensal de pouco mais ou menos que um salário mínimo, ocupando assim o patamar mais baixo do mundo do trabalho naquele município.

Eu vejo que as cooperativas foram criadas, principalmente aqui em Sorriso, não tanto com um olhar pra seguir o modelo cooperativista, mas como uma saída para a prefeitura poder terceirizar o serviço, porque eles não querem fazer concurso, porque isso dá trabalho e não passa quem a administração quer que tenha a vaga. Aí criou-se a cooperativa que, por não ser uma empresa comum, tem uma série de tributos que não recolhe e acaba por ser uma mão de obra mais barata pra prefeitura. [...] O prestadores de serviço não têm suas carteiras assinadas, então eles não são registrados pela CLT. E não possuem direitos trabalhistas, como o FGTS e seguro-desemprego, até por isso acaba sendo mais barato. Com um porém: a Lei 12.690, a lei das cooperativas que foi promulgada em julho de 2012, traz lá no artigo sétimo meio que uma reprodução dos direitos trabalhistas do artigo sétimo da constituição, mas com outros nomes. Até então a legislação era muito vaga, não se sabia se o cooperado tinha direito a adicional noturno, insalubridade, hora extra, porque em tese ele é um dono, ele tem uma parte, então como é que ele mesmo vai se pagar? Mas mesmo assim essa legislação trouxe uma reprodução dos direitos trabalhistas da Constituição Federal, eles têm adicional noturno, horas extras (na verdade não se fala hora extra, se fala compensação de horários), insalubridade, descanso anual remunerado que seriam as férias e descanso semanal remunerado que é o domingo. Então na prática a diferença hoje é o FGTS, o seguro-desemprego e o recolhimento do INSS, porque o cooperado é considerado contribuinte individual como os outros autônomos, então ele contribui não com 9% mas com 20% sobre o repasse por mês (Advogado da Coopervale, 07/2018)

Agronegócio e o espaço urbano

A crescente urbanização de áreas que até recentemente compunham a fronteira agrícola do Centro-oeste e Norte do país provocou amplas alterações no modo de vida das classes trabalhadoras subordinadas ao agronegócio, preservando e subordinando a uma nova equação socioespacial as contradições características das zonas rurais do país. Os espaços urbanos de pequeno e médio porte funcionais à moderna agropecuária globalizada têm sido dirigidos por iniciativas de especulação fundiária que criam de maneira artificial a escassez de terras por meio da proliferação de espaços vazios, pressionando as levas migrantes que para lá se dirigem a ocupar áreas distantes precariamente atendidas por serviços públicos ao mesmo tempo que se multiplicam condomínios fechados para classes médias e altas amedrontadas pela violência urbana. Criam-se assim espaços urbanos altamente segregados que cristalizam na consciência popular e na vida cotidiana dos trabalhadores subordinados ao “agronegócio” as angústias e frustrações decorrentes de sua permanente subalternidade econômica e política.

No momento em que realizamos nossos trabalhos de campo entre os anos de 2018 e 2019, havia 19 incorporadoras envolvidas no lançamento de loteamentos urbanos em Sorriso, compondo um arco de alianças econômicas e políticas com proprietários de terras no entorno da cidade interessados em ditar os sentidos da expansão do perímetro urbano. Em entrevista realizada em 07/2018, o secretário da cidade afirmou que o custo de manutenção da mancha urbana espreada era o principal desafio de gestão de Sorriso, uma vez que a arrecadação de impostos municipais se via crescentemente pressionada pela proliferação das demandas de manutenção do asfalto e rede pluvial, de extensão da rede de coleta e destinação de lixo, de criação de praças, creches e escolas públicas etc. No trecho de entrevista destacado abaixo, o secretário identifica na raiz dessa questão o fato de que o crescimento do perímetro urbano é induzido prioritariamente por uma iniciativa privada cada vez mais capaz de impor interesses ao poder público municipal. Ainda nesse trecho, ele aponta ferramentas regulatórias para tentar minimizar os custos crescentes do processo vertiginoso de especulação imobiliária aos cofres públicos, deixando simultaneamente claro que a prefeitura municipal está aprisionada ao arco de alianças que gera essa crescente irracionalidade da organização do espaço urbano local. Desde essa perspectiva, mais do que os interesses da grande produção agropecuária empresarial que se realizam mais propriamente nas escalas políticas estadual e federal, são as dinâmicas em torno da apropriação da renda da terra urbana que cada vez mais pautam a vida política municipal em Sorriso:

O IPTU progressivo foi implantado em 2013 com 5 anos de prazo, ele entrou em vigor no ano fiscal 2019, pra tentar diminuir essa especulação com os lotes urbanos. Nós também estamos propondo no plano diretor que vai ser encaminhado pra Câmara algumas obras de infraestrutura maior para os loteamentos: hoje eles entregam com infraestrutura básica, iluminação, água, esgoto e asfalto, mas nós queremos também calçadas, grama e sinalização viária em todos os lotes do município. Além disso, nós

estamos propondo que só se abra novo loteamento a partir do momento em que os que precedem tenham alcançado uma taxa de ocupação mínima. Então nós estamos tentando colocar algumas ferramentas com o intuito não de proibir os loteamentos, mas de induzir que eles saiam já com o máximo de infraestrutura possível para que isso não fique a cargo só da prefeitura [...] Na verdade, esse foi um mercado que surgiu e as administrações acharam que era uma boa coisa, né? Então hoje nós temos 19 empresas na cidade que são especializadas exclusivamente em loteamento. Foi um mercado que foi fomentado e a partir do momento que você tem a empresa que visa aquilo ali, ela precisa daquilo ali pra continuar vivendo, é o mercado dela. Esses dias um empreendedor falou “a gente não vende pão, não tem como, a gente tem que vender lote, tem que produzir lote”, esse é o conceito, né? Então é um processo que vem sendo induzido pela iniciativa privada e não pelo poder público, a expansão do perímetro urbano vem sendo induzida pela iniciativa privada, né? E o poder público vem a rebote, ele não é o indutor desse crescimento. Quem define pra onde tá crescendo é o incorporador mesmo, eles que dão essa característica do crescimento das cidades (Entrevista com secretário da cidade de Sorriso, 07/2018)

Atualmente, a inquietação mais recorrente mencionada por todos os trabalhadores que entrevistamos nesta pesquisa ainda é o elevado custo da moradia na cidade de Sorriso. O trecho destacado abaixo com um trabalhador da construção civil e então morador do bairro Boa Esperança sublinha o aluguel como mecanismo de coerção econômica capaz de maximizar a exploração da força de trabalho. Esse trabalhador, natural de Fortaleza no Ceará, descreve um movimento pendular entre seu estado de origem e a cidade de Sorriso, oferecendo um contraste à coerção para o trabalho que sofre nestes diferentes locais. Segundo o entrevistado, “em Sorriso você não vive, você trabalha” uma vez que o custo de vida e a cultura locais exerceriam pressão para uma extensão da jornada de trabalho e comprimiriam as perspectivas de lazer como válvulas de escape à labuta e à solidão diárias. Em contraponto, “no Nordeste, quando num tá em crise, tem trabalho e tem lazer”, uma vez que um menor custo de moradia e as relações de solidariedade familiar e vicinal ampliariam o leque de possibilidades de não trabalho vistas como socialmente legítimas:

Lá em Fortaleza eu trabalhava na construção civil, só que lá tá fraco, tá parado lá, eu vim pra cá. Mas aqui tá fraco também e eu tô com vontade de voltar pra lá de novo, porque lá tenho a minha casa. Aí na casa da gente é bom demais, né? Tô em casa, tô de boa. Agora pra ficar aqui eu tenho que pagar aluguel R\$500, R\$600... [...] Na construção dá pra tirar R\$1.100 na carteira. O salário aqui é 1.100 redondo, sabe? Aí todo mês só vai tirar mil real, por causa do desconto que é R\$100,00 [contribuição previdenciária]. Por isso que eu não tô nem na carteira, eu tô na diária, quando eu cheguei eu trabalhei 1 mês completo, ganhei R\$1.600. Agora tô aqui dentro da mata, fazendo mansão de fazendeiro. Lá é mansão mesmo, né não amigo? Mas tá de boa, tô achando bom lá... Agora o dia é comprido! Pego 5:30 da manhã e paro 6 hora da noite, né? Fazer o quê? A gente faz porque a gente precisa [...] Aqui em Sorriso você não vive, você trabalha. Aqui você não tem lazer. Aqui tem trabalho. Agora no Nordeste, quando num tá em crise, tem trabalho e tem lazer. Todo fim de semana você vai numa praia curtir com sua família, aí segunda-feira você vai pro seu trabalho. Aqui você entra 5h da manhã, sai às 6h da tarde. Isso é lazer? E trabalha domingo a domingo! Então aqui num tem lazer, tem trabalho (Entrevista com trabalhador da construção civil em Sorriso, 07/2019)

Conforme já apontamos, a resposta do poder público a essas inquietações ao longo da última década consistiu na criação de diversos conjuntos habitacionais voltados às faixas 1 e 2 do Programa Minha Casa, Minha Vida. Nesse contexto, o trecho abaixo de entrevista com o secretário da cidade de Sorriso em 07/2018 destaca o fato de que o Programa Minha Casa, Minha Vida reproduz e intensifica mecanismos de especulação fundiária que ampliam a segregação socioespacial na cidade. O secretário deixa claro que a localização das casas populares construídas sob o PMCMV não é determinada pelo poder público municipal com base em necessidades coletivas, mas sim pelas empresas privadas responsáveis pela construção dos empreendimentos com base em critérios estritamente econômicos vinculados ao mercado de terras na região. Ao invés de se ocupar os espaços vazios no interior da cidade, cria-se assim um cinturão de conjuntos habitacionais crescentemente afastados voltados às famílias de baixa renda, com especial destaque ao Residencial Mario Raiter, localizado no extremo sudeste, a cerca de 7,5 km do centro em uma área descontínua em relação à mancha urbana já estabelecida. Ambas as citações ilustram assim ambiguidades de uma política pública de acesso à moradia aprisionada aos limites impostos pela subordinação da renda da terra ao capital:

Na verdade nós criamos um corredor de bairros afastados que dependem muito do município, do poder público na questão de saúde, educação, segurança, transporte, né? Isso traz dificuldades, traz vários problemas, mas isso foi definido mercadologicamente, não foi uma definição pública. Não foi o município que chegou à conclusão de que ali era o melhor lugar para o Mario Raiter, por exemplo. Foi porque esse empreendedor entrou numa negociação de valor de área. Eles tentaram em outros lugares, não conseguiram. E esse empreendedor vendeu a área pelo preço que cabia no projeto. Então é por isso que ele aconteceu ali, não tem um planejamento. Esse é um problema difícil de você conseguir trabalhar ele. Urbanisticamente falando, é um problema difícil em função de como esse desenvolvimento é feito, né? Porque ele é feito de forma inversa, não é o poder público, até hoje não foi o poder público que deu as coordenadas desse desenvolvimento. Tem a questão financeira, os empreendimentos com valores acessíveis pras baixas rendas estão saindo na mesma região. Então hoje nós temos áreas que estão com essa característica, no fundo do São Domingos aqui, próximo ao Novo Horizonte e nessa região do Santa Maria. Então nessa região os loteamentos eles têm terrenos menores, não é que eles são mais baratos. Se você pegar hoje por metro quadrado é praticamente o mesmo valor dos bairros residenciais mais nobres. Eles estão enquadrados em um padrão de lotes menores, por isso no preço final acabam sendo mais baratos (Entrevista com secretário da cidade de Sorriso, 07/2018)

Como menciona o secretário da cidade neste último trecho destacado, paralelamente às casas populares erguidas através do Programa Minha Casa, Minha Vida multiplicaram-se também em Sorriso os loteamentos voltados a famílias de baixa renda. A esse respeito, o primeiro trecho de entrevista abaixo com um funcionário de uma corretora da cidade explica condições de pagamento no loteamento popular “Morada do Bosque”: entrada correspondente a 5% do valor do imóvel (em torno de R\$70 mil em 2019) e o restante parcelado em até 240 vezes com um reajuste anual de 6% mais a inflação segundo o índice IGPM (Índice Geral de Preços do Mercado), podendo chegar ao máximo de 12%. De fato, o entrevistado ressalta que

esse loteamento localizado na “periferia da cidade, uma região onde já aconteceu muitas coisas” é voltado para a faixa de trabalhadores com renda de 1 a 2 salários mínimos e com o sonho de ter sua casa própria e sair do aluguel. Apesar disso, esse entrevistado afirma ser comum que estes lotes “a preços populares” sejam adquiridos por pessoas de alta renda não para moradia própria, mas como investimento, com objetivo de construir quitinetes ou similares voltados pra locação. Dentro desse universo, não foi incomum que os trabalhadores assalariados entrevistados para esta tese tenham relatado a perspectiva (mais ou menos real) de também comprar lotes e participar dessas iniciativas de especulação como uma estratégia de aposentadoria. Dessa maneira, também esses loteamentos “a preços populares” se tornaram vetores de consolidação da especulação fundiária urbana como aspecto central da cultura local:

Esse aqui é um loteamento popular, o Morada do Bosque. Ele é voltado para faixa B menos, faixa do assalariado, a partir de um salário mínimo até 2 mil reais mais ou menos, essa é a faixa que a gente vende em média, né? Pessoal trabalhador, operário, funcionário. É que essa é uma região mais, como posso dizer... É parte da periferia da cidade, uma região onde já aconteceu muitas coisas, né? Então o pessoal de alta renda pensa em comprar pra investimento, não pra moradia. Geralmente o pessoal de classe A compra pra fazer quitinete, uma coisa mais voltada pra locação, né? Porque aqui em Sorriso, fez, alugou, cara... Aqui é muito fácil a questão de locação. Um dos meus clientes, ele foi morar no Japão, comprou 8 lotes, 4 um detrás do outro, nesse Morada do Bosque, pensando em montar apartamento para locação. [...] Os operários, os funcionários acham que o mesmo valor do aluguel dá pra ele pagar a parcela de um lote que vai ser uma coisa dele, aí ele prefere pagar um lote. Até nosso merchand maior é “saia do aluguel pra você ter sua residência própria, sua casa própria, você ter seu sonho da casa própria”, que todo mundo tem. Um lote lá no Morada de 10 por 20, 200 metros quadrados, tá R\$70 mil. A gente pede 5% do valor do imóvel de entrada, em torno de 3.500 reais hoje, o restante é parcelado em até 240 vezes. E cada loteamento tem o seu reajuste, que é despesa de cartório, despesas pra manter a incorporadora... Lá no Morada é 6% de contrato mais o índice IGPM. Se o IGPM der negativo, mantém os 6%, se der positivo, o máximo que chega o reajuste é 12%, a gente nunca ultrapassa os 12% ao ano (Entrevista com trabalhador de corretora imobiliária em Sorriso, 07/2019)

Conclusão

Em meio a um crescente protagonismo econômico, político e cultural das cadeias produtoras de *commodities* agrícolas e agroprocessadas no Brasil contemporâneo, é hoje urgente a investigação da dinâmica da sociedade civil impulsionada pelo agronegócio. Com este objetivo em mente, a hipótese que orientou o presente artigo aponta para uma crescente centralidade da produção e reprodução de espaços urbanos de pequeno e médio porte na determinação do mundo do trabalho e do modo de vida dos trabalhadores subordinados ao moderno complexo grãos-carne globalizado no estado do Mato Grosso. Invisibilizadas pelas narrativas dominantes e pouco investigada pela pesquisa acadêmica, as periferias dessas cidades são provavelmente o espaço mais dinâmico de fermentação das inquietações da juventude trabalhadora subordinada ao chamado “agronegócio”, atraída por perspectivas de qualificação, formalização e lazer e

frustradas em maior ou menor medida por precárias condições de trabalho e por altos custos de moradia locais.

Acompanhamos ao longo do texto as transformações do mundo do trabalho no município de Sorriso, marcado por uma crescente formalização das relações empregatícias e por um acelerado progresso técnico nas lavouras e nas agroindústrias. A voz dos trabalhadores nos permitiu identificar os impasses desse processo de modernização em que se acentuam a exclusão de trabalhadores braçais não qualificados do interior das fazendas, a frequência de acidentes e mortes relacionados ao trabalho no interior das fábricas processadoras de carnes e na construção civil e a permanência do trabalho precário informal em cooperativas de conservação do espaço urbano. Os depoimentos dos trabalhadores também nos permitiram reconhecer na “capital do agronegócio” contradições envolvendo a especulação imobiliária acelerada que leva à formação de um espaço urbano espraiado, enquanto a população trabalhadora é segregada em faixas de terra altamente adensadas e submetida a elevados aluguéis e/ou prestações de lotes urbanos. Conclui-se, portanto, que as cidades do agronegócio não são apenas espaços funcionais à moderna agropecuária globalizada, mas também importantes laboratórios da inquietação social de trabalhadores comprimidos em suas periferias.

Referências

- AZEVEDO, Rita. As 50 cidades pequenas mais desenvolvidas do Brasil, **Revista Exame**, 23 nov. 2015. Disponível em: <https://exame.com/brasil/as-50-cidades-pequenas-mais-desenvolvidas-do-brasil/>. Acesso em: 23 dez. 2020.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2017.
- ELIAS, Denise. **Globalização e agricultura**: A região de Ribeirão Preto - SP. São Paulo: Edusp, 2003.
- ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 25-39, maio 2007.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Resultados preliminares do Censo Agropecuário 2017**. Rio De Janeiro: IBGE, 2018.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. Rio De Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/sorriso/panorama>. Acesso em: 05 jul. 2022.
- OBSERVATÓRIO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO. **Promoção do trabalho decente guiada por dados**. Disponível em: <https://smartlabbr.org/trabalhodecente/localidade/5107925?dimensao=jornada>. Acesso em: 05 jul. 2022.
- SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2013.
- SETOR de abate de animais lidera ranking de acidentes de trabalho em MT, diz TRT. **G1**, Mato Grosso, 02 maio 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/setor-de-abate-de-animais-lidera-ranking-de-acidentes-de-trabalho-em-mt-diz-trt.ghtml> Acesso em: 21 jun. 2022.
- VARGAS, Rodrigo. Produtores de Sorriso vão indenizar americano, **Folha de São Paulo**, Cuiabá, 13 ago. 2011. Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/me1308201129.htm#:~:text=Paulo%20%2D%20Produtores%20de%20Sorriso%20v%C3%A3o,americano%20%2D%2013%2F08%2F2011&text=Produtores%20rurais%20de%20Sorriso%20\(425,da%20cidade%20de%20S%C3%A3o%20Paulo](https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/me1308201129.htm#:~:text=Paulo%20%2D%20Produtores%20de%20Sorriso%20v%C3%A3o,americano%20%2D%2013%2F08%2F2011&text=Produtores%20rurais%20de%20Sorriso%20(425,da%20cidade%20de%20S%C3%A3o%20Paulo). Acesso em: 21 jun. 2022.

ZENI, Camilla. Com vinte casos por ano, Mato Grosso lidera ranking de mortes por acidentes do trabalho no Brasil. **Hipernotícias**, 09 maio 2017. Disponível em: <https://www.hnt.com.br/imprime.php?cid=73158>. Acesso em: 21 jun. 2022.

Recebido em: 17/09/2021

Aceito em: 28/06/2022